

## CONTRIBUIÇÕES DE DOCENTES DE HISTÓRIA PARA PENSARMOS O COMBATE À DESIGUALDADE E AO RACISMO NA ESCOLA

**José Bonifácio Alves da Silva**  
**José Licínio Backes**

**Resumo:** O artigo propõe mostrar as maneiras que professores contribuem para pensarmos o combate à desigualdade e ao racismo no contexto da educação escolar. Foram interpretadas entrevistas semiestruturadas concedidas por oito docentes de História. O racismo é discutido em relação às diferentes desigualdades na sociedade capitalista. Percebeu-se a persistência dos processos desiguais interferindo na escola, mas também os empenhos coletivos de professores de História a fim de amenizar e diminuir o racismo, a discriminação, o preconceito e a exclusão nas relações cotidianas. Tais atitudes são de grande valia, porque se referem a uma postura comprometida de enfrentamento diante de situações causadoras de sofrimento nos alunos.

**Palavras-chave:** docentes de História; desigualdade; racismo.

### Introdução

Este texto pretende apresentar algumas contribuições de docentes de História para pensarmos o combate à desigualdade e ao racismo na escola. As informações produzidas baseiam-se na interpretação de oito entrevistas semiestruturadas realizadas entre fevereiro e junho de 2012 com professores de História atuantes em escolas públicas e privadas de Campo Grande/MS.

Fazemos uma leitura a partir das discussões e resultados de uma pesquisa de Mestrado em Educação concluída em 2013, inspirada nos estudos culturais e pós-coloniais. A ênfase dada nesta reflexão é nas maneiras que docentes de História da educação escolar encaram cotidianamente a desigualdade e o racismo, considerando que ambos estão interligados e presentes em relações múltiplas de opressão. Tais relações estão infiltradas nas práticas cotidianas, na cultura e na sociedade.

### Os docentes de História diante do racismo e da desigualdade na escola

De maneira geral, correndo os riscos que as generalizações acarretam, os professores de História da educação escolar entrevistados entendem o preconceito como uma imagem criada do sujeito antes de conhecer este sujeito. O racismo é representado como o preconceito contra as etnias e raças. A discriminação é representada como a

ação onde se expressa o preconceito e o racismo. A exclusão das raças/etnias ocorre como consequência destas práticas. Estas práticas funcionam dentro das dinâmicas das desigualdades.

A palavra desigualdade, algumas vezes, aparece neste artigo no plural para marcar o nosso entendimento de que os processos desiguais e a opressão não operam da mesma forma nos diferentes sujeitos e grupos socioculturais, entretanto, podem se combinar nos processos de inferiorização. Por isso, podemos nos referir também, além das desigualdades socioeconômicas, às desigualdades nas relações culturais, étnicas/raciais, de gênero e sexualidade, entre outras. Oliveira (2009) fala que as desigualdades foram multiplicadas e outras fronteiras da exclusão foram produzidas. Existem pessoas vivendo “[...] vários processos desiguais simultaneamente” (p. 159).

Em certas situações no contexto escolar “[...] alguns grupos sociais sofrem mais exclusão do que outros. Como você [entrevistador] até falou, sobre os negros” (Professor Juca). Existem opressões, considerando que “[...] os ‘novos movimentos sociais’ historicizaram a experiência, enfatizando as diferenças entre os grupos marginalizados como uma alternativa à ‘universalidade’ da opressão” (WOODWARD, 2000, p. 37).

Os discursos racistas combinam de diferentes maneiras racismo biológico e discriminação cultural, pois tentam “[...] justificar as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão racial em termos de distinções genéticas e biológicas, isto é, na natureza” (HALL, 2003, p. 69).

A política cultural das identificações étnicas/raciais causa tensões no ambiente escolar. Muitas vezes, as identificações étnicas/raciais são baseadas em traços físicos, características discursivamente/visualmente perceptíveis e representações culturalmente ligadas às raças/etnias, através de “discursos que se dobram nos corpos produzindo o que somos” (SANTOS, 1997, p. 81). O racismo aparece na hierarquização dos traços visíveis, no que se diz sobre estes, impondo os sentidos na tentativa de justificar, e tornar “justas”, as desigualdades.

Na perspectiva dos docentes de História entrevistados, o racismo é invisibilizado e sua existência é ignorada ou negada por muitos. Ocorre a negação da existência do racismo e da exclusão na sociedade desigual: “[...] é você dizer: ‘não, não existe, na nossa sociedade não tem esse problema’ [...] É, como se diz, você paralisa a luta. Não vai adiante” (Professora Isa).

Temos dificuldade de encarar as tensões. Vivemos em uma sociedade desigual, com cultura e instituições racistas e classistas, que seleciona os mais adaptados ao padrão colonial hegemônico (burguês, escolarizado, cristão, heterossexual e branco) e exclui todo o resto. A desigualdade foi naturalizada na nossa organização econômica, social e cultural. O prestígio e o privilégio é a meta que só pode ser alcançada pelos sujeitos seletos. “O argumento subjacente é que as identidades sociais que tradicionalmente foram posicionadas como hegemônicas na sociedade são consideradas como o centro contra o qual as margens, por assim dizer, são definidas” (MOITA LOPES, 2006, p. 131).

A Professora Lia percebe a discriminação racial entre os seus alunos e alunas: “eu tô com uma aluna que ela está... ela é negra e tá namorando um menino. Só que o menino também já é bem discriminado. Então, ela não namora os garotos como ‘todas’ as meninas, aquele ‘bonitinho’, ‘branquinho’ né”. Na fala citada, a professora refere-se ao padrão de beleza hegemônico (branco) de maneira irônica. A interpretação feita da entrevista mostra que ela discorda dessa representação estética como o padrão a ser adorado e adotado por todos.

A branquidade ainda é situada como identificação cultural e étnica/racial em uma posição de vantagem nas relações desiguais de poder. A identidade branca foi posicionada no centro: referência da beleza, da racionalidade, da pureza, da humanidade; “Como lugar de privilégio, a branquidade não é absoluta, mas atravessada por uma gama de outros eixos de privilégio ou subordinação relativos; estes não apagam nem tornam irrelevantes o privilégio racial [...]” (FRANKENBERG, 2004, p. 312). A normalização branca precisa ser contestada, pois atua de maneira violenta, favorecida pelas desigualdades e pelo racismo, contra as diferenças étnicas/raciais e a possibilidade de relações mais simétricas.

O Professor Beto contou: “[...] nunca aconteceu na minha aula a questão do racismo, do preconceito por causa de cor, por causa do aspecto da fisionomia”. O professor não presenciou a discriminação racial, no entanto, observa a ligação de etnias/raças a padrões, estereótipos e modos de ser orientados pelos discursos e imagens mais difundidas na sociedade. “Há um padrão. A própria sociedade cobra esse padrão, eu digo para os alunos né”. De acordo com discursos raciais, ainda muito difundidos, as identidades étnicas/raciais devem ser de determinadas formas e seguir certas condutas.

Se não forem e não seguirem, desautorizam suas identificações, alegando inautenticidade.

Um efeito da sociedade de mercado/consumo e do projeto colonial é a conversão da diferença em desigualdade, beneficiando as hierarquias socioculturais. “Alguém tem que ficar de fora, é necessário. A nossa sociedade neoliberal, capitalista, entre outros nomes que nós damos, trabalha com a diferença, precisa ter a desigualdade, senão, ela não funciona” (Professor Juca). Nesta lógica perversa, a condição para sermos iguais é sermos os mesmos, adequados à uniformidade, tendo em vista a impossibilidade disto acontecer, a desigualdade dos diferentes está justificada, na medida em que estes não conseguem apagar sua diferença e não atendem a norma definida pela estrutura desigual. Sabotar esta estrutura torna-se o desafio que nos inquieta e a professores como Juca, entre outros, com base na leitura feita das entrevistas dos docentes.

O Professor Beto expressa em uma de suas falas o termo igual como sinônimo de mesmo, mas argumenta a favor da impossibilidade da homogeneização: “bom, vamos dizer que em uma sala de aula não existe homogeneidade, né. Nenhum aluno é igual a outro”. As diferenças escapam dos dispositivos de controle e uniformização.

O Professor Juca associa o conceito de igualdade à classe social predominante em um dos colégios onde trabalha: “então, no outro colégio. A diferença tem, mas ela é pouca. Porque dá pra perceber que o outro colégio é mais elitizado, digamos né. Ele tem uma igualdade econômica ali”. Por haver esta “igualdade econômica” no colégio particular frequentado por estudantes com uma situação financeira mais privilegiada, a diferença é pouco percebida pelo professor. Ele faz essa articulação entre raça/etnia, classe e desigualdade quando fala deste colégio que aparenta, segundo Juca, ser mais homogêneo, porque os alunos possuem um padrão socioeconômico elevado: “[...] acaba se tornando alguma coisa muito fixa. Um padrão étnico, digamos assim, dentro desse colégio. Branco, cabelo liso, loirinho, olhos azuis. É isso aí, entendeu? No máximo, orientais né”.

Os alunos, segundo os docentes, não acionam, a todo o momento, as identificações étnicas/raciais e de classe nas relações cotidianas no contexto escolar. “Eu percebo assim ó que eles não veem muita diferença, tanto social quanto familiar essas coisas, eles são indiferentes. ‘Se você é meu amigo, você é meu amigo e até logo’” (Professora Ana). A identificação de amigo e a busca de estar entre aqueles com

os quais se identificam são mais valorizadas para os alunos nas relações estabelecidas na escola, com base no relato da professora.

A Professora Ana relatou nunca ter testemunhado exclusão, discriminação e racismo na escola. “A gente percebe que é mais na sociedade né, mais na sociedade” (Professora Ana). Uma impressão possível de se criar, a partir desta fala, é que para esta professora a escola é menos afetada pela sociedade com relação à desigualdade e ao racismo. “Entre eles, assim, eles não tem diferença de nada, de raça, de cor. Se você... como se fala... se você tem poder aquisitivo que seja melhor do que o meu. [...] Eles tratam todo mundo de igual pra igual” (Professora Ana). O sentido de diferença nas falas da Professora Ana também é colocado como sinônimo de desigualdade. Nosso discurso é cooptado pelas significações mais difundidas na sociedade.

A escola é resultado do exterior que a constitui, a sociedade racista e desigual, sendo assim, de uma forma ou de outras, a desigualdade e o racismo estão presentes e interferem nas relações cotidianas. Baseados em Apple (2013), também é possível dizermos que nem tudo é opressão, existem discursos e práticas acolhedoras, mais igualitárias na escola, na sociedade e na cultura, subvertendo e questionando o racismo e a desigualdade.

Os desempenhos de estudantes não podem ser associados às identidades étnicas/raciais presentes no espaço escolar. “Têm negros que tem uma certa dificuldade, assim como tem brancos que também chegam com uma certa dificuldade” (Professor Miro). Porém, estudantes alvos de preconceito, discriminação e racismo podem ser prejudicados nos seus desempenhos escolares.

No que se refere à exclusão, os docentes a articularam à desigualdade e, ainda, ao preconceito, às relações étnicas/raciais e ao racismo. Com relação a estas dinâmicas no interior da escola a Professora Nina comenta: “existe, mas eu não vejo tanto não. Às vezes a própria pessoa acaba se colocando de lado. Como eu disse pra você, a gente vai tentando amenizar as coisas, pra tentar diminuir”. A professora procura amenizar os efeitos das ações discriminatórias e da exclusão nos estudantes que as sofrem.

O Professor Chico percebe mais a exclusão do que o racismo na escola. A exclusão, segundo ele, está nas “entrelinhas” das brincadeiras utilizadas para tentar diminuir o outro. “Você não pode falar: ‘tá excluindo, tá excluindo’... ‘não estou brincando com ele’. Entendeu? Então, há uma diferença aí. Então, a exclusão acaba sendo mais gritante e é o que começa lá fora, na sociedade”.

O mérito disfarça as desigualdades, porém, nas desigualdades não existe mérito. “Muitos alunos falam: ‘Ah professor, mas tá, eles [negros] estão lá, não estudam por que não querem, escola pública tá aí’. Entendeu? É uma coisa muito bem disfarçada, é uma ideologia muito forte que acontece” (Professor Juca). Afirma-se igualdade de oportunidades como recurso retórico, para reiterar a posição de privilégio de alguns e culpar os desiguais pela falta de êxito (OLIVEIRA, 2009). “Então, infelizmente, você perguntou da participação, a gente vê que os alunos melhor resolvidos economicamente são os que mais participam, os que mais estão presentes” (Professora Isa).

A escola opera com a lógica meritocrática da desigualdade para promover sujeitos ao posto de “bons alunos” e rebaixar outros ao de “maus alunos”. A competição para chegar à posição de bom aluno é percebida pelo Professor Juca nos colégios particulares onde trabalha: “se você for menor do que o seu vizinho, menor do que o seu colega de sala, não vale a pena. Então quer dizer que a escola já é preparada pra isso, pra que você seja melhor do que o outro”. A pedagogia neoliberal sugere que quanto mais concorrência houver entre os estudantes, melhores eles serão. “O neoliberalismo educativo situa-se discursivamente como uma volta a um suposto estado de natureza, um retorno aos impulsos ‘naturais’ do individualismo e da competição” (FISCHMAN; SALES, 2010, p. 11).

Os professores preferem utilizar o termo etnia para identificarem grupos que partilham aspectos em comum (negros, brancos, indígenas, entre outros). O termo raça, para eles, ainda está muito carregado com o sentido biológico e pejorativo difundido, principalmente, pela ciência eugenista do século XIX e início do XX. “Essa substituição não muda nada à realidade do racismo, pois não destrói a relação hierarquizada entre culturas diferentes que é um dos componentes do racismo” (MUNANGA, 2003, p. 12). O Professor Juca indica representações dos conceitos de raça e de etnia com as quais se depara:

É eu prefiro etnia. Até pra ficar mais fácil pra lidar com a própria sociedade né. A questão de falar de raça muitas vezes parece ser pejorativo. Parece, sabemos que não é, mas isso é no meio acadêmico. Dentro da sociedade isso parece pejorativo e pode gerar problemas. Etnia soa um pouco mais tranquilo. Digamos que é atraído mais pra um lado cultural do que um biotipo. É bem mais simples de se lidar quando você fala da cultura. Então, eu prefiro lidar dentro da escola, dentro da própria sociedade com etnia. Apenas pra facilitar o convívio.

Para o professor acima citado, na sociedade a etnia está mais associada à cultura e a raça está mais associada à biologia. A etnia, relacionada à cultura, é vista como algo mais tranquilo, mais distante das relações de poder. Todavia, segundo nossa compreensão, as culturas são caracterizadas pelas tantas diferenças, tensões, hierarquias, conflitos e disputas na produção de verdades, em torno dos processos de significação e por hegemonia. Não se constitui, portanto, num campo onde predominam sempre as relações tranquilas. Com mais ou menos frequência e intensidade, “todas e todos nós estamos envolvidos e implicados em uma grande batalha cultural pela significação, pela identidade” (COSTA, 2002, p. 93).

A palavra raça está muito associada a problemas, pois lembra a desigualdade racial, o racismo, o preconceito, a exclusão e a discriminação. “Falar de raça negra, por exemplo, é já falar de problemas mais... problemas até políticos né. Isso distancia um pouco [as pessoas]” (Professora Juca). A palavra raça aparece “[...] estritamente ligada às relações de poder que opõem o homem branco europeu às populações dos países por ele colonizados” (SILVA, 2000a, p. 100). Para os movimentos negros, raça é um conceito que tem utilidade política na luta contra o racismo, porque nos remete a racialização que hierarquizou e inferiorizou as negritudes. “‘Raça’ é uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo” (HALL, 2003, p. 69).

Segundo o Professor Beto, a história negra é pouco mencionada nos livros didáticos. O espaço maior é dedicado aos bandeirantes, desbravadores, colonizadores, figurões burocratas e das forças armadas, entre outros acontecimentos e sujeitos “importantes”. “Sempre na história dos negros, os livros trazem a mesma coisa, não muda nada. Aí vem o aluno e fala: ‘professor, de novo o mesmo assunto’. Escravos trazidos da África, escravizados, muitos morreram e tal... libertos, pronto! Acabou”. O professor se mostra indignado com a mesmice dos livros didáticos ao tratar da história negra. Uma mesmice que desvaloriza as identidades negras e a participação de negros na história.

Os docentes procuram desconstruir imagens pejorativas dos sujeitos negros na história e sua artificialidade, para construir discursos valorizadores da identidade negra e torná-los mais fortes do que os discursos pejorativos. “Eu sempre trago um

personagem negro né, mas numa forma de contexto de luta, numa forma de contexto de enfrentamento diante daquela realidade” (Professor Beto). Isso pode ser visto como uma estratégia para encarar a desigualdade racial.

O Professor Chico tratou a auto-identificação étnica/racial como uma consciência histórica reivindicadora de pertença a uma coletividade advinda do orgulho de ser o que se é: “[...] tá se auto-afirmando e reconhecendo... e demonstrando, talvez, pode ser com orgulho né, a sua origem né, porque é uma pessoa bem resolvida, eu acho”.

De acordo com o Professor Beto, ser negro ou indígena é afirmar uma presença identitária, cultural e física de um sujeito que se sente contente com a sua identificação étnica/racial diante da sociedade. “E quando a pessoa fala assim, com certeza, ela é feliz, ela tem o prazer de estar nesse contexto social com a etnia dela. Então é uma afirmação étnica, uma afirmação de presença: ‘eu sou negro’, ‘eu sou índio’”. E porque não dizer, no contexto das disputas nas relações desiguais de poder, uma afirmação política de resistência ao racismo e à desigualdade, tendo em vista na história, o fracasso do projeto colonial e eugenista de aniquilação das diferenças étnicas/raciais.

A Professora Isa recorda situações do Dia da Consciência Negra na escola relevantes para as discussões deste tema. Este seria um evento, segundo ela, para alunos negros participarem:

[...] aqui na escola, eu falei do dia da consciência negra né, aqui na escola a gente já teve teatro, cuja encenação diz respeito a essa questão do preconceito e tal. E uma menina de pele branca se pintou de negra pra fazer o papel de negra. Detalhe: na sala dela tinha umas três meninas negras, entendeu? [...] em uma das apresentações, o que me chamou atenção, uma menina branca, embora ela tenha cabelo enroladinho né, mas a pele é branca, se pintar toda de negra pra interpretar uma negra, enquanto na sala dela tinha meninas negras.

Uma reflexão sobre a preocupação da Professora Isa, nos levou a ideia de que, talvez, as alunas negras não tenham participado da atividade, porque não estavam naquela situação se sentindo motivadas. Uma peça de teatro “cuja encenação diz respeito a essa questão do preconceito” pode não motivar as alunas negras a atuarem na trama, porque, dependendo do contexto e da maneira como se aborda o preconceito nessa encenação, poderia gerar uma situação constrangedora e a intenção inicial da atividade, provavelmente de enfrentar as discriminações raciais na escola, seria abalada.



A inquietação da Professora Isa é relevante no sentido de refletirmos cuidadosamente sobre os métodos e as abordagens utilizadas no combate ao racismo na escola.

Outro aspecto que gostaríamos de ressaltar é a ambivalência dos sentidos do Dia e Semana da Consciência Negra que interferem nas representações das identidades negras e no entendimento das relações étnicorraciais. “Geralmente acontece nesses momentos, por exemplo, apresentação de Hip Hop” (Professora Isa). Mostram-se identidades e culturas negras mais próximas de estudantes e professores. Pessoas que conseguem perceber, ao menos temporariamente, suas identidades negras e/ou a cultura negra identificada nelas. Mas, segundo a Professora Lia, a escola está querendo mostrar algo “lindo e maravilhoso”, como se as relações étnicorraciais dentro da instituição fossem harmoniosas, porque parece que “[...] só existe o Dia da Consciência Negra. Fala, fala, faz discursos, mas não toma umas ações, assim, em prática mesmo pra dar um fim à essas discriminações”.

Uma contribuição importante dos professores para o combate ao racismo é que eles buscam “[...] convencer os educadores de que isso existe [racismo, preconceito e discriminação]. Não é uma coisa que tá só no papel, só na lei, é uma coisa que existe e que precisa ser combatida” (Professora Isa). Segundo a Professora Nina: “eu vejo o negro assim, mesmo tantas políticas que já tem nesse sentido, mas ainda não... ainda falta muito pra ser uma coisa legal, ainda falta muito”.

Os entrevistados disseram que existem professores discriminando alunos no ambiente escolar. Os monstros assombram nossa humanidade e nós os culpamos pela origem de todo o mal, porém, “o monstro sempre escapa porque ele não se presta à categorização fácil” (COHEN, 2000, p. 30).

Silva (2000) alerta-nos que “[...] o processo de formação da subjetividade é muito mais complicado do que nos fazem crer os pressupostos sobre o ‘sujeito’ que constituem o núcleo das teorias pedagógicas - críticas ou não” (p. 20). As causas de assumirmos certas representações e discursos, corporificarmos uns, e não outros, são muito mais complexas do que as teorias podem explicar, definir. “Diante do monstro, a análise científica e sua ordenada racionalidade se desintegram” (COHEN, 2000, p. 31-32). Por isso, é mais fácil desclassificar o professor que discrimina, reclassificando-o como racista e estúpido, concentrando nele a causa da exclusão étnica/racial desse ou daquele contexto. “Eu acho, assim, que as pessoas não gostam de falar: ‘ah! Eu sou racista’. Então elas camuflam, tentam não mostrar. Mas, às vezes, a forma como elas

vão trabalhar, como vão falar, você percebe e o adolescente também percebe” (Professora Lia).

Muitas vezes, nos esquecemos que o exterior constitutivo (HALL, 2000) dos sujeitos no mundo atual é marcado pelas desigualdades no contexto do capitalismo classista e racista. Não podemos prever e temos medo de pensar quais tipos de subjetividade e posições de sujeito esse contexto pode fabricar, inclusive para nós mesmos.

A Professora Isa procura discutir com os estudantes, a partir da História, o lugar que os negros ocupam na sociedade, legitimando a luta por direitos e por igualdade de oportunidades da população negra.

Ah, eu procuro me valer da História mesmo, voltar lá na questão da História, mostrar toda a herança que nós temos, que isso não pode ser descartado, não pode ser negado. O lugar que o negro ocupou no processo de colonização, o lugar que ele ocupou quando o Brasil veio a se tornar independente, quando veio a república né. E fazendo essa relação com o hoje: ‘vocês vão no shopping? Vamos... Quantos negros vocês encontram trabalhando naquelas lojas? Quantos negros tem como balconistas? Quantos negros atendem vocês nos bancos?’ Isso [a exclusão racista/classista] que é evidente pra gente, pra ver se eles encontram.

A docente percebe essa exclusão racista/classista de maneira evidente e procura trazer essa representação aos alunos, para que eles percebam essa “evidência”. Porém, sem querer desqualificar a atitude da professora que é muito relevante, ressaltamos que a exclusão étnica/racial não ocorre no cotidiano de maneira tão evidente assim. As práticas racistas, preconceituosas, discriminatórias e de exclusão estão tão misturadas, camufladas e agem de modo tão sutil na realidade sociocultural e escolar que se torna muito difícil identificá-las nas práticas cotidianas.

Os docentes de História participantes da pesquisa procuram combater o racismo e os processos de exclusão no ambiente escolar, mas eles percebem suas limitações neste combate, pois, pelas leituras das entrevistas, entendemos que os professores entrevistados rejeitam, como Fichman e Sales (2010), o discurso de que “a transformação do presente infame para um futuro promissor é possível através da figura do grande herói: o superprofessor” (p. 14).

Ações heroicas individuais não produzirão relações educativas igualitárias, porque produzem a superioridade do célebre indivíduo iluminado, um sujeito cuja atitude é independente das circunstâncias. Isso não ajuda, quando pensamos, com e nas

circunstâncias socioculturais onde estamos inseridos e que nos constituem (HALL, 2000) na construção de realidades mais justas, democráticas, comprometidas com a coletividade e não com prêmios.

Os empenhos coletivos de professores de História a fim de amenizar e diminuir o racismo, a discriminação, o preconceito e a exclusão na escola são de grande valia, porque se referem a uma postura comprometida de enfrentamento diante de situações causadoras de sofrimento nos alunos.

### **Considerações finais**

Os professores de História da educação escolar participantes da pesquisa encaram o racismo e as desigualdades de diferentes maneiras na escola. Compreendem que estas dinâmicas estão articuladas no estabelecimento de hierarquias. Existem docentes que não identificaram o racismo, a discriminação e o preconceito na escola, mas também há aqueles que perceberam em alunos e professores alguma prática discriminatória.

Em alguns momentos, os docentes de História entrevistados mostraram dificuldade em pensar uma igualdade compatível com as diferenças, porque as relações socioculturais ainda continuam a ser desfavoráveis para os que não atendem aos padrões de superioridade no capitalismo.

O racismo e a desigualdade afetam fortemente a escola e a todos nós: as relações cotidianas, os desempenhos de alunos, as finalidades da educação escolar, as identidades culturais, as etnias/raças, a História e as práticas antirracistas. Porém, ainda que as opressões estejam hegemonicamente presentes, “espaços para trabalho contra-hegemônico estão constantemente sendo criados[...]” (APPLE, 2013, p. 61).

Os docentes de História entrevistados procuram combater na escola práticas racistas, discriminatórias e de opressão em busca de reduzir os efeitos das desigualdades. Ações que, não acontecem da forma e na intensidade ideal, mas da forma que estes sujeitos conseguem fazer nas condições em que atuam.

### **Referências**

APPLE, Michael. As tarefas do estudioso/ativista crítico em uma época de crise educacional. **Revista Pedagógica – UNOCHAPECÓ**, ano 17, nº. 30, v. 01, p. 29-66, jan./jun. 2013.

COHEN, Jeffrey Jerome. A cultura dos monstros: sete teses. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Pedagogia dos monstros: os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 23-60.

COSTA, Marisa Vorraber. Pesquisa-ação, pesquisa participativa e política cultural da identidade. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002a, p. 93-117.

FISCHMAN, Gustavo; SALES, Sandra. Formação de professores e pedagogias críticas. É possível ir além das narrativas redentoras? **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, nº. 43, p. 7-20, jan./abr. 2010.

FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquidade não-marcada. In: WARE, Vron (Org.). **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 307-338.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103-133.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula**. Campinas: Mercado de Letras, 2006.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação – PENESB/RJ, 05/11/2003, p. 1-17, Disponível no site: <http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/09abordagem.pdf>. Acesso em: 24/09/2010 às 12h09min.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. A questão étnico-racial na escola a partir das teorizações sociológicas de François Dubet. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). **Didática: questões contemporâneas**. Rio de Janeiro: Forma & Ação, 2009, p. 157-171.

SANTOS, Luís Henrique Sacchi dos. “Um preto mais clarinho...” ou dos discursos que se dobram nos corpos produzindo o que somos. **Educação & Realidade**, nº 22, p. 81-115, jul./dez., 1997.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000a.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Monstros, ciborgues e clones: os fantasmas da pedagogia crítica. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Pedagogia dos monstros**: os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras. Belo Horizonte: Autêntica, 2000b, p. 11-21.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 7-72.